

[10]

Desenvolvimento e crescimento econômico

[Pelo menos 13 das nações com alto IDH estão entre as sociedades mais insustentáveis do planeta, com desastrosos desempenhos ambientais]

Valor, terça 22/04/03

Muito se fala em desenvolvimento sustentável sem que se tenha consciência do dilema que está no âmago dessa expressão. Quase todos os que repetem incansavelmente o complemento “sustentável”, o fazem com a mesma naturalidade com que adotam uma nova gíria, ou nova marca de esponja de aço. Processo semelhante ao que ocorreu na troca de identidade do popular cantor Benjor. Não é por ter mudado sua imagem de marca que ele deixou de ser o mesmo, embora deva ter tido fortes razões para mudar de nome artístico depois de tantos anos de carreira.

A pergunta que não pode ser evitada, portanto, é a seguinte: o que obriga tantos intelectuais, militantes, políticos e governantes a optar por essa qualificação do desenvolvimento? Por que se tornou tão politicamente incorreto, no curtíssimo intervalo dos últimos quinze anos, falar em desenvolvimento sem que seja acrescentado o qualificativo “sustentável”? Boa parte da resposta decorre de simples retrospectiva histórica do processo de legitimação internacional da própria noção de desenvolvimento (sem adjetivos). Não era usada antes do final da década de 1940, quando ficou estabelecido que umas das principais missões da ONU seria ajudar os países mais atrasados – principalmente ex-colônias – a alcançar níveis de vida menos distantes dos já desfrutados pelas nações que se haviam industrializado desde o século 19. E que tinham sido, com algumas exceções, justamente suas metrópoles. Só que a visão econômica do desenvolvimento que se impôs foi originalmente concebida para países da Europa do Leste, quando ainda havia muita esperança - principalmente na Grã-Bretanha - de que eles fossem escapar da órbita soviética.

Mas essa é uma longa história que fica para uma outra vez. Mais importante é enfatizar que durante os anos 1950 não se fez qualquer distinção entre as noções de desenvolvimento e de crescimento econômico. Durante um bom tempo acreditou-se que eram apenas denominações alternativas para o mesmo fenômeno. O consenso foi se desfazendo, e dando lugar a um confuso debate, quando surtos periféricos de crescimento econômico intensivo foram criando apenas focos de prosperidade, cercados de miséria crescente por todos os lados (África do Sul, Senegal, Costa do Marfim, México, Brasil). E a clara distinção entre as noções de desenvolvimento e de crescimento econômico só se legitimou, de fato, a partir de 1990, quando o Pnud publicou o primeiro *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Por pior que seja o índice por ele lançado - o IDH - nada pode ser mais didático quando é necessário explicar que crescimento só engendra desenvolvimento se seus frutos prolongarem a vida e melhorarem o nível educacional das populações desfavorecidas (pelo menos).

Por uma dessas curiosas ironias da história, o IDH foi lançado três anos depois e dois anos antes da dupla

de fatos históricos que mais contribuiu para revelar sua insuficiência. Entre 1987, com a publicação do livro *Nosso Futuro Comum* (relatório da comissão mundial presidida pela trabalhista norueguesa Gro Harlem Brundtland), e 1992, com a inesquecível Conferência do Rio, tornou-se internacionalmente aceita a idéia de que não basta fazer com que o crescimento eleve os padrões de saúde e educação da coletividade. Também é imprescindível que isso aconteça sem que sejam comprometidos os fundamentos naturais das sociedades contemporâneas, o que impossibilitará que gerações futuras se desenvolvam.

Surgiu assim uma monumental “saia justa” que sequer é percebida pelos batalhões de ingênuos usuários da expressão desenvolvimento sustentável. Brandem com entusiasmo o único indicador internacional de desenvolvimento disponível sem mesmo se dar conta que esse índice nem de longe capta a agora inevitável - além de politicamente correta - “sustentabilidade”. Sem desconfiar que há países onde elevadíssimos IDH estão associados a desastrosos desempenhos ambientais. Pelo menos 13 das nações com alto IDH estão entre as sociedades mais insustentáveis do planeta, como mostra o excelente trabalho realizado por equipes dos centros de ciência ambiental das universidades americanas Columbia e Yale, e apresentado ao último Fórum Econômico Mundial.

Países de alto IDH, como Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Alemanha, Itália, Espanha, Israel, Grécia, República Checa, ou Polônia, têm um desempenho ambiental tão sofrível que certamente deixariam o pelotão de frente do desenvolvimento se esta dimensão não tivesse sido desprezada pelo Pnud. Isto para não falar de alguns casos como os da Bélgica, da Coreia do Sul e dos Emirados Árabes Unidos, que são péssimos em matéria de meio ambiente, apesar de terem elevados IDH. Se a qualidade da base natural do desenvolvimento já fizesse parte do índice criado para avaliá-lo, a vanguarda ficaria restrita a um grupo de dez países: Austrália, Canadá, Finlândia, Estônia, Irlanda, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Suécia, e Suíça.

No Brasil, as insuficiências do IDH começaram a ser superadas com a recente geração de índices de desenvolvimento municipal elaborados em pelo menos cinco Estados: Ceará, Bahia, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mas, salvo engano, nenhum deles considera a dimensão ambiental ao lado dos indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade. Por isso, a grande lacuna que hoje desafia o sistema estatístico nacional é a falta de um bom índice de desenvolvimento sustentável (IDS) que possa servir para municípios, microrregiões, sub-regiões, regiões e unidades da federação. Uma tarefa difícilíssima, como já alertou o ótimo trabalho do IBGE intitulado *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, Brasil-2002*. Todavia, enquanto não houver um IDS, muita gente continuará a “chamar urubu de meu louro”, ao imaginar que o IDH possa ser uma medida razoável do tão querido desenvolvimento sustentável.

Este será um dos principais pontos de discussão do seminário que a Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP realizará em 7 de maio, no prédio da FEA, e para o qual o leitor já está convidado.

José Eli da Veiga, professor titular da FEA-USP, Diretor Executivo da Fundação Seade, e autor de *Cidades Imaginárias* (Ed. Autores Associados, 2002), escreve quinzenalmente às terças-feiras.
Home page: www.econ.fea.usp.br/zeeli/